

## **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias**

Jeová Torres Silva Júnior – Mestre

Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social/Universidade Federal do Ceará  
(LIEGS/UFC)

jeovatorres@ufc.br

### **Resumo**

Com este artigo pretendemos analisar o estágio da difusão das experiências dos 08 Bancos Comunitários no Estado do Ceará, que entre 2005 e 2006 contaram com apoio da SENAES/MTE, e sua contribuição como Instrumento de Desenvolvimento Territorial Comunitário. Os resultados da pesquisa *Avaliação da Implantação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará – Ano II* deram origem a este artigo. A investigação foi realizada entre fevereiro e julho de 2007 sobre o estágio das experiências de bancos comunitários no estado do Ceará. Trata-se do Ano II da pesquisa que em seu primeiro ano (2006), avaliou a implantação dos primeiros quatro bancos no interior do Estado. Neste ano (2007), o escopo da pesquisa ampliou-se para a avaliação de 07 bancos comunitários, cujo conceito e forma de operação são novos no âmbito das finanças solidárias. O texto segue apresentado em cinco seções: a introdução, a análise dos objetivos do projeto de apoio aos bancos comunitários, a metodologia utilizada na captura dos dados, a exposição dos Bancos Comunitários pesquisados e, finalmente, as considerações conclusivas com os resultados da investigação e suas devidas limitações e recomendações, assim como, a importância do Banco Comunitário como um serviço *sui generis* de finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios.

### **1. Introdução**

#### **1.1 Expondo um Conceito**

A experiência do Banco Comunitário vem demonstrando que estas organizações possuem características que as impedem o seu enquadramento em uma tipologia tradicional e oficial de instituições que atuam com microcrédito<sup>1</sup> (Sociedade de Crédito ao Microempresário, Cooperativa de Crédito, Banco do Povo, Bancos Comerciais) e finanças solidárias<sup>2</sup> (Fundos Rotativos Comunitários, entre outras). As características que se acredita distinguem os Bancos Comunitários destas demais experiências são: *i) A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária; ii) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseados nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; e iv) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local* (REDE, 2006a).

Nesta perspectiva, França Filho (2007) afirma que os bancos comunitários são experiências de economia solidária, e como tal, estas nos convidam a experimentação de um outro tipo de economia (efetivamente a favor do bem estar humano e social). Muitas são as razões indicando sua originalidade. Segundo este autor, devemos reconhecer duas condições que tornam o Banco Comunitário, um tipo de banco e de empreendimento de microfinanças incomum: a hibridação de diferentes fontes de financiamento (moeda social, crédito para

produção, empréstimos a juros subsidiados, etc.) e a construção conjunta da oferta e da demanda. Destas duas condições, trataremos mais na seção seguinte.

Com uma mesma linha de construção conceitual, Silva Júnior (2007) afirma que estas experiências se apóiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território, geridos pela própria comunidade, na forma de quatro serviços fundamentais: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária. De acordo com este autor, os bancos comunitários podem ser qualificados como “um projeto de finanças solidárias de apoio as economias populares de municípios com baixo IDH, tendo por base os princípios da Economia Solidária e orientando-se para o desenvolvimento socioeconômico de um território” (SILVA JÚNIOR, 2007).

Certamente, enquanto conceito, o construto Banco Comunitário ainda não é facilmente identificado e compreendido pelos mais leigos no tema das microfinanças. Todavia, mesmo o mais neófito pesquisador da temática já esteve em contato com algum estudo que citasse a experiência do Banco Palmas, em Fortaleza/CE (prática pioneira de Banco Comunitário no Brasil) e isto facilitará a compreensão do que são estas organizações de finanças solidárias.

O Banco Palmas é uma iniciativa que fomenta a geração de trabalho e renda, através da utilização de diversos instrumentos de viabilização de microcrédito aos produtores e consumidores do bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE (SILVA JÚNIOR, 2004). Este projeto surgiu em 1998 como ação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras-ASMOCONP e nestes 09 anos tem criado e aprimorado uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda na comunidade.

Seguindo esta proposta de microfinanças, o Banco Palmas vem obtendo o reconhecimento, de diversas organizações governamentais, não-governamentais e multilaterais, possibilitando a esta iniciativa a ampliação das oportunidades de geração de renda e reduzir a exclusão local com uma metodologia completamente original, coerente, exequível e replicável. Diante disso, o Banco Palmas tem buscado reproduzir esta metodologia em parceria com diversas instituições no Brasil. Isso ocorreu, principalmente, a partir de 2003 com a fundação do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (SILVA JÚNIOR, 2006).

Neste artigo pretendemos contextualizar, sinteticamente, esta trajetória dos Bancos Comunitários até chegarmos a este segundo ano (2007) de avaliação destas iniciativas implantadas no Ceará. No decurso da próxima subseção destacaremos o Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários (que deu origem e financiou a avaliação em 2006 e 2007) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e executado pelo Instituto Banco Palmas, assim como, a importância que tem a inserção, desde 2005, do Banco Popular do Brasil nesta articulação para que estabeleça o Banco Comunitário como um serviço *sui generis* de finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios.

## **1.2 Apontando um Contexto**

O Instituto Banco Palmas é uma organização, com sede em Fortaleza/CE, cuja função é difundir as metodologias e tecnologias sociais em Economia Solidária. Desde a sua constituição, o principal produto difundido pelo Instituto vem sendo o Banco Comunitário. Já são 04 anos atuando em prol da implantação e consolidação destas iniciativas, complementado com a tese de torná-los política pública. A repercussão da atuação do Instituto Banco Palmas em replicar a metodologia do Banco comunitário começou no final de 2004, com a implantação do Banco PAR, em Paracuru/CE. No ano de 2005, a proposta de implantação de Bancos Comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico

de territórios começou a se disseminar e vários parceiros procuraram o Instituto com o intuito de constituir uma experiência deste tipo. Até o primeiro semestre de 2007 já estão implantados, ou em etapas avançadas de constituição, Bancos Comunitários em várias cidades do Brasil: Dourados/MS, Vila Velha/ES, Vitória/ES, Simões Filho/BA, Salvador/BA, João Pessoa/PB, Palmácia/CE, Santana do Acaraú/CE, Irauçuba/CE, Maranguape/CE, Maracanaú/CE, Beberibe/CE, Parnaíba/PI, Alcântara/MA e Fortaleza/CE.

Ainda em 2005, o Ministério do Poder Popular para a Economia Popular (MINEP) do Governo da Venezuela aproximou-se do Instituto Banco Palmas e demonstrou interesse em replicar a experiência dos Bancos Comunitários naquele país. Este modelo de banco comunal/comunitário assumido como política pública de desenvolvimento foi assimilado pelo governo venezuelano e já no ano seguinte, em Maio/2006, o Presidente Hugo Chávez aprovou a Lei dos Conselhos Comunais que estabeleceu os bancos comunais como administradores de recursos outorgados pelo executivo para desenvolvimento de projetos locais (MINISTERIO, 2006). Atualmente, já são algumas dezenas de bancos comunais em todo país estimulados por uma série de programas governamentais, mas conduzidos principalmente pelo Ministerio do Poder Popular para a Economia Comunal-MINEC (o antigo MINEP)<sup>3</sup>.

O Governo Federal brasileiro, capitaneado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), também tem entendido o banco comunitário como produto catalisador das ações do desenvolvimento territorial que articula – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e formação cidadã. Porém, as ações de incentivo do Governo brasileiro a implantação de Bancos Comunitários não possuem a mesma integração de programas federais e de ministérios e muito menos celeridade que as do governo da Venezuela. Aqui no país tanto como lá, as ações governamentais iniciam em 2005 quando a SENAES/MTE decidiu investir no Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários proposto pelo Instituto Banco Palmas. Naquele ano, foram apoiados 04 municípios/bancos comunitários no Estado do Ceará (Fortaleza – Banco Palmas, Palmácia – Banco Serrano, Paracuru – Banco PAR e Santana do Acaraú – Banco BASSA) como um projeto-piloto para futuras expansões dos investimentos.

Deste modo, desde 2005, a SENAES/MTE atua com o Instituto Banco Palmas no apoio à organização de Bancos Comunitários para a consolidação desta metodologia e torná-la referência de política nacional de incentivo ao crédito para a produção, consumo e desenvolvimento local. O Instituto Banco Palmas, tem atuado na consultoria e assessoria na implantação dos Bancos e a SENAES tem financiado e apoiado a ação do Instituto. Contudo, diferente da ação na Venezuela, o governo brasileiro não constituiu ainda um marco legal e garantiu recursos para o fundo de créditos destes bancos comunitários. Esta dificuldade foi parcialmente superada no início de 2006 quando se juntou a iniciativa um outro parceiro, o Banco Popular do Brasil (subsidiária do Banco do Brasil para o segmento de microcrédito e correspondente bancário), no suporte às iniciativas de Bancos Comunitários, através do aporte de recursos financeiros para a formação do fundo de crédito do Banco Comunitário.

Em linhas gerais, a proposta do Instituto Banco Palmas à SENAES/MTE tornou viável que os custos operacionais e de capacitação de agentes e gerentes de crédito fossem assumido por esta secretaria. Em seguida, o Instituto Banco Palmas acordou com Banco Popular do Brasil a garantia do fundo de crédito e que este pudesse conceder microcréditos, através de uma nova linha de crédito utilizando a estrutura tecnológica do Banco Popular do Brasil. Aqui se alcançou, ainda que a necessidade de aperfeiçoamento processual, três metas do Instituto para a consolidação dos bancos comunitários: 1. Identificação e captação de recursos de fundos que alimentem as linhas de crédito do Banco Comunitário; 2. Estabelecimento de infraestrutura tecnológica que torne mais eficiente e eficaz as operações do banco comunitário; e 3. Utilização de linhas de fundos públicos para viabilizar projetos socioeconômicos locais

através da metodologia dos bancos comunitários (SILVA JÚNIOR, 2006). No momento que esta última meta passe a ser executada contando com um amparo legal próprio, juros mais baixos e com mecanismo apropriados para as experiências de microfinanças será dado um passo definitivo na consolidação da metodologia de Bancos Comunitários como Política Pública.

Entre Janeiro e Abril de 2006, realizamos em sua primeira etapa, uma pesquisa que consistia na avaliação dos 04 bancos comunitários do Estado do Ceará (Banco Palmas, Banco Serrano, Banco PAR e Banco BASSA) contempladas com Projeto de Apoio a Organização de Bancos Comunitários, que em 2005 contavam com apoio da SENAES/MTE, e qual a sua contribuição como Instrumento de Desenvolvimento Territorial. Os resultados da pesquisa *Avaliação da Implantação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará - Ano I* podem ser vistos em Silva Júnior (2006; 2007) e no relatório final<sup>4</sup>.

Em Fevereiro de 2007, iniciamos a segunda etapa de investigação – resultante do segundo ano de investimento na implantação e consolidação dos Bancos Comunitários realizado pela SENAES. A segunda etapa desta pesquisa amplia o escopo para 07 Bancos Comunitários no Estado do Ceará, onde analisamos os processos de consolidação dos 04 bancos investigados na primeira fase (Banco Palmas-Fortaleza, Banco Serrano-Palmácia, Banco PAR-Paracuru e Banco BASSA-Santana do Acaraú) e mais 03 implantados em 2006 (BANCART-Iraucuba, BANCO PAJU-Maracanaú, Banco BEM-Maranguape).

A pesquisa *Avaliação dos Impactos da Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará, Ano II* analisou a metodologia de implantação e consolidação dos bancos comunitários constituídos a partir dos investimentos da SENAES/MTE e avaliar os impactos do projeto de implantação e consolidação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial; a partir das propostas de melhorias nas condições de vida das famílias que vivem nos territórios onde os bancos foram instalados.

Esta pesquisa foi realizada, em todas as suas etapas (2006 e 2007), com financiamento da SENAES/MTE e Instituto Banco Palmas. Em Agosto deste ano, será elaborado o relatório final com as conclusões desta segunda etapa da pesquisa articulando quando possível com informações tratadas na primeira etapa. Em virtude de não termos o relatório final e conclusivo da segunda fase utilizaremos informações inéditas dos resultados das análises preliminares para este artigo.

Na próxima seção serão apontados elementos que caracterizam o Banco Comunitário como um serviço *sui generis* de finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios.

## 2. Caracterizando os Bancos Comunitários

### 2.1 Uma Prática de Finanças Solidárias

Para Silva Júnior (2007), em que pese a atuação necessária de vários agentes externos para fomentar a consolidação de um Banco Comunitário, o papel destas intuições de apoio não **pode** descaracterizar um elemento fundamental (quase uma premissa) para o surgimento do banco: a **mobilização endógena do território**. Em outras palavras, o início deve se dar a partir de um desejo intrínseco da comunidade ainda que exista uma motivação e processos de excitação por agentes externos. É a partir do desejo da comunidade que se inicia o processo de implantação do Banco, entretanto alguns requisitos devem ser atendidos, por exemplo: capital financeiro para o fundo de crédito; recurso financeiro para pagamento das despesas operacionais do banco; organização comunitária (associação, fórum, conselho, etc) que possa assumir a gestão do banco; pessoas capacitadas para as funções de agente de crédito e gerente de crédito; e assessoramento para assimilação da tecnologia pela comunidade.

Diante dos elementos conceituais apontados anteriormente, visitados na literatura (SILVA JÚNIOR, 2006, 2007; FRANÇA FILHO, 2007; REDE, 2006a, 2006b) e evidenciados na pesquisa, compreendemos que os Bancos Comunitários possuem três características centrais: gestão feita pela própria comunidade, envolvendo a coordenação, gestão e administração dos recursos; sistema integrado de desenvolvimento local, que possibilita o crédito, produção, comercialização e capacitação ao mesmo tempo; e circulação de Moeda Social local no território, complementar à moeda nacional, que é aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores contribuindo para a ampliação do consumo local no território.

Segundo Silva Júnior (2006), um banco comunitário que une – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e formação da comunidade local, se constitui no produto articulador das ações de organização, mobilização e capacitação dos territórios proporcionando o seu desenvolvimento sócio, econômico, cultural e ambiental. Complementando esta caracterização, resgatam-se as condições de singularidade das experiências de Banco Comunitário por França Filho (2007) e eis que temos que os Bancos Comunitários na proposta de atingir o Desenvolvimento Socioeconômico do território convivem numa hibridação de princípios reguladores econômicos e em uma construção conjunta de oferta e demanda.

Em relação à **hibridação de princípios econômicos**, França Filho (2007) expõe que a natureza dos serviços prestados pelos bancos comunitários, assim como, as suas fontes bastante diversificadas de geração e captação de recursos, combinam diferentes dimensões na sua ação. De acordo com este autor, e nossa avaliação preliminar das práticas corroboram com a sua tese, identifica-se em um Banco Comunitário a regulação por uma hibridação de princípios econômicos (ver tabela 01): ***mercantis, não-mercantis e não monetários***.

*Tabela 01 – Hibridação de Princípios Econômicos nos Bancos Comunitários*

<b>BANCOS COMUNITÁRIOS</b> <i>Hibridação de Princípios Econômicos</i>	<b>ECONOMIA MERCANTIL</b>
	Fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro utilitário. Nos Bancos Comunitários assistimos este princípio em alguns empréstimos para produção ou o uso da moeda social para compra de bilhetes de passagens para o transporte coletivo.
	<b>ECONOMIA NÃO-MERCANTIL</b>
	Fundada <b>no princípio redistribuição</b> . É marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los a população na forma de serviços públicos. Este princípio se materializa por meio de uma atuação redistributiva dos Bancos Comunitários, quando emprestam a juros subsidiados ou quando se propõem a executar ações de cunho mais assistencial.
	<b>ECONOMIA NÃO-MONETÁRIA</b>
	Fundada sobretudo na reciprocidade. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais, através de uma relação que <b>privilegiam</b> a domesticidade, a vizinhança e o valor do laço em detrimento do valor do bem. Encontra-se esta economia, identificada no <b>Banco Comunitários</b> , através do seu modelo de garantia e controle social nos empréstimos ou no uso da moeda social fundamentada nas relações de confiança.

**Fonte:** Adaptado de França Filho (2007)

Já em relação a **construção conjunta da oferta e da demanda**, outra característica essencial do Banco Comunitário, na condição de experiência singular de finanças solidária, identificamos que a atuação do Banco enquanto organização envolve os próprios moradores em um território na condição ao mesmo tempo de profissionais remunerados, gestores do empreendimento e usuários ou beneficiários diretos dos produtos ou serviços ofertados. Este

aspecto relevante vem somar-se ao fato dos bancos comunitários atuarem num campo de atividades cujas demandas não são satisfeitas nem pelo mercado, nem pelo Estado (FRANÇA FILHO, 2007).

Portanto, o Banco Comunitário *cria produtos sob demanda para seu público e oferta o que se precisa* para o Desenvolvimento Socioeconômico do Território, não levando tanto em conta se o produto/serviço oferecido será uma linha de crédito que vai dar um retorno econômico menos elevado que os ganhos sociais do investimento ou apenas cobrir os custos de operação. Pelo que analisamos nestes 02 anos de pesquisa podemos citar, como exemplo: o uso da moeda social que tem seu custo de produção alto e em algumas situações com o custo da fabricação da cédula mais alto que o seu valor nominal, mas sua aplicação garante uma redução no “fetiche” do dinheiro e a ampliação da circulação de riqueza e do consumo no próprio território.

Mais uma característica que merece destaque é a *garantia e controle baseados nas relações de proximidade e confiança mútua*. Na perspectiva edificada pelo Banco Palmas, um banco comunitário considera o cadastro formal do tomador, apenas um registro para o conhecimento da sua vida na comunidade. O agente de crédito do banco consulta assim a rede de relações de vizinhança como fonte de conhecimento. Por sua vez, a cobrança do crédito passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original ao envolver vizinhos numa espécie de aval solidário. São os próprios moradores do território que passam a ter a função de estabelecer mecanismo de pressão moral junto aos demais.

De acordo com Abramovay e Junqueira (2005), essas formas adaptadas de pressão social levam os tomadores e vizinhos, obrigatoriamente, a assumir custos de transação e responsabilidades, isto é, aqueles que antes eram assumidos pelas organizações financeiras passam a ser assumidos, em grande parte, pelos indivíduos: um aprimoramento institucional que requer condições sociais e mecanismos de gestão financeira e administrativa bastante avançadas. Estes autores ainda complementam que “são mecanismos como estes que diminuem os custos de transação, facilitam o acesso aos serviços financeiros, ajudam a diminuir as taxas de juros e o índice de inadimplência através de um monitoramento ‘invisível’ efetivo” (ABRAMOVAY e JUNQUEIRA, 2005).

Por fim, e sintetizando, Silva Júnior (2006) e França Filho (2007) entendem que a singularidade de um banco comunitário é tentar restaurar laços e vínculos sociais seriamente degradados pelas condições de vida mais geral das pessoas nos bairros populares, através de um novo tipo de relação com o dinheiro e de organização da vida econômica local. Por meio desta postura o Banco Comunitário tem como atingir o Desenvolvimento Socioeconômico do Território. O reconhecimento da especificidade dessas formas de organização torna-se então uma questão de suma importância para o seu desenvolvimento institucional.

Portanto, é com o propósito de melhor definir esta prática de finanças solidárias e apoiar a consolidação destes projetos de finanças solidárias *sui generis* em outros municípios do Brasil, que o Instituto Banco Palmas junto com a SENAES/MTE construiu o Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários, em 2005. Este projeto teve como objetivo, especificamente, formatar a metodologia dos bancos comunitários de modo conceitual e operacional para implementá-la - como piloto - em 04 municípios do Estado do Ceará (Fortaleza, Palmácia, Paracuru e Santana do Acaraú). No ano seguinte (2006), uma vez atingido os objetivos, SENAES/MTE e Instituto partiram para novas metas. Foram estabelecidas: consolidar os bancos implantados e investir na implantação de mais 04 bancos (Irauçuba, Maranguape, Maracanaú e Beberibe<sup>5</sup>).

## ***2.2 Uma Tecnologia Social de Desenvolvimento Territorial***

Se é certo que os Bancos Comunitários se colocam com um modelo de prática emblemática que contribui para o desenvolvimento dos territórios onde estão estabelecidos, não seria falacioso refletirmos se por suas características não estamos diante de algo que representa um avanço tecnológico na condução das políticas de mitigação de desigualdades sociais e geração de trabalho e renda. Os pesquisadores mais ortodoxos ficam inquietos quando relacionamos práticas e projetos sociais com o termo tecnologia.

Acreditamos que tal postura se verifica em razão da orientação que o modelo de desenvolvimento tecnológico, até poucos anos atrás, assumiu primando pelos resultados econômicos e pelo utilitarismo acima dos interesses humanos, culturais ou ambientais. De acordo com Instituto... (2007), hoje há outra proposta que cria conhecimento, instrumentos, técnicas, tecnologias que colaboram com uma nova forma de pensar. Neste viés, não há uma negação da tecnologia, mas uma inovação na forma de conduzir os avanços tecnológicos. As metas tão desejadas pela humanidade de uma vida melhor, agora procuram outros meios para se realizarem, meios de uma existência mais digna para a humanidade. Esta nova perspectiva vem sendo tratada sob o signo de Tecnologia Social.

O conceito de Tecnologia Social se propõe nesta perspectiva. Vejamos a sua definição: “Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (INSTITUTO..., 2007). Tomando por base a definição de tecnologia social, esta só pode ser realizada em um contexto de desenvolvimento que não se prenda somente ao aspecto econômico, mas que torne realidade à satisfação das necessidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais de homens e mulheres.

Enquanto tecnologia social, os Bancos Comunitários estão bem caracterizados e conceituados como um projeto de apoio às economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, tendo por base os princípios da Economia Solidária e oferecendo a população excluída do sistema financeiro quatro serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária. Além disso, é possível assumir esta tecnologia social como sendo possuidora de um destacado papel de promotora do desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária, ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação das comunidades do território.

Todavia, de que modo podemos perceber mais algumas singularidades desta tecnologia social de finanças solidária? A pesquisa de 2006 e os dados de 2007 nos apontam que o método de implantação do banco tem um peso decisivo. Uma vez, como expusemos, que a condição primordial de mobilização endógena da comunidade para o banco comunitário esteja atendida, começa toda uma ação de implantação desta tecnologia social.

Metodologicamente, a implantação inicia-se com a realização de um seminário de sensibilização sobre desenvolvimento territorial e economia solidária para os futuros gerentes e agentes de crédito a serem capacitados, além de moradores e lideranças comunitárias onde serão implantados os bancos comunitários. Em seguida, é executado um programa de capacitação iniciando com que consiste em uma formação feita de forma massiva para moradores, produtores e lideranças.

Ainda inserido no programa de capacitação é realizado um curso de formação modular para os gerentes de desenvolvimento (gerentes de crédito) e um curso de formação de agentes comunitários de desenvolvimento local e economia solidária (agentes de crédito). As próximas capacitações deste gênero deverão ser realizadas na forma de cursos de extensão universitária, pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade

Federal do Ceará (LIEGS/UFC), em mais uma ação de maior qualificação metodológica da tecnologia social de bancos comunitários Instituto Banco Palmas.

Após a conclusão da capacitação teórica, inicia-se o processo de envolvimento prático de campo. Esse trabalho é acompanhado pelo gerente de crédito com duração de 12 meses. Nesta fase o agente de crédito passa a receber uma bolsa do projeto SENAES/MTE até enquanto se mantiver no banco comunitário. Ao mesmo tempo, são executadas ações de sensibilização para os comerciantes e produtores do local reconhecerem moeda social circulante local e outros produtos/serviços do banco comunitário. Em seguida o Banco começa a funcionar com a liberação dos primeiros créditos sendo as garantias baseadas nas relações de confiança entre os vizinhos e controle social no modo de cobrança dos empréstimos, em outras palavras, não há aval solidário, não se exigem garantias reais, assim como, não são consultadas as listas de restrições ao crédito.

Apesar desta tecnologia social estar – aparentemente - bem delimitada, o Instituto Banco Palmas tem procurado torná-la mais sólida e dar-lhe um caráter mais científica. Destarte, foi realizado em Fortaleza/CE, em janeiro de 2006, e em Caucaia/CE, em abril de 2007, os Encontros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. O I Encontro, em 2006, teve como propósito a sistematização da metodologia de bancos comunitários, apresentação dos resultados e levantamento de expectativas para a continuidade do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários e lançar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários<sup>6</sup> (REDE, 2006a). Já o II Encontro, em 2007, trouxe à luz a discussão do marco conceitual, do marco jurídico e da proposta de enrijecer a luta pela consolidação dos bancos comunitários como política pública nacional.

Como resultados das discussões dos encontros e de outros momentos de compartilhamento de informações entre os bancos comunitários já instalados se confirmou que na gestão do Banco Comunitário devem ser considerados alguns indicadores que são indispensáveis. Em Rede (2006a) já havia o direcionamento do que é satisfatório no desenvolvimento territorial da comunidade onde se instalou o banco: i) a comunidade deve ter fortalecido seu processo de organização e representação social como reforço as organizações da sociedade civil existentes e recém constituídas; ii) processos de capacitação das lideranças locais devem ser executados para torná-las capazes de conduzir programas e projetos que promovam a geração de trabalho e renda; iii) a comunidade local deve ser sensibilizada para a necessidade de preservação do meio ambiente, criando condições concretas para que os seres humanos possam viver em harmonia com a natureza e todos seus ecossistemas; e, iv) sistemas locais de produção e consumo devem ser implantados – dentro dos princípios da economia solidária, do comércio justo, da produção sustentável e das finanças solidárias – para que o desenvolvimento territorial, participativo e sustentável esteja alicerçado na distribuição de renda e das riquezas.

É certo que o sistema financeiro internacional, com destaque para a América Latina, tem se mostrado a cada dia mais excludente e promotor de desigualdades sociais. Por um lado acumulam-se bilhões nas mãos de banqueiros e de outro lado, milhões de pessoas se encontram sem acesso ao crédito, aos serviços bancários e a políticas financeiras que apontem na distribuição de renda. Exemplo disso é a cidade de Fortaleza, onde 76 % da população sequer têm uma conta bancária (IPDC, 2006)<sup>7</sup>, ou ainda, o que confirma o cadastramento nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária que identificou o acesso ao crédito como um dos dois maiores problemas apontados pelos trabalhadores desse setor (SENAES, 2006).

Conseqüentemente, o Banco Comunitário é uma tecnologia social de finanças solidária que pode contribuir na minimização destas dificuldades, pois se constitui em um serviço comunitário que incentiva as ações do desenvolvimento socioeconômico territorial,



financiando produtores, comerciantes e consumidores, e ampliando a capacidade da comunidade para a incorporação dos valores e princípios da Economia Solidária. A seguir serão descritos os aspectos relativos à forma de captura de dados e todo o roteiro de acompanhamento aos bancos que nos levaram as análises avaliativas para chegarmos aos resultados que se apresentam neste artigo

### **3. Acompanhando os Bancos Comunitários**

#### **3.1 Coletando dados**

Para viabilizar este artigo que se propõe a expor *Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias*, fez-se uso de técnicas de pesquisa que primaram pela validação de dados. Em outras palavras, esta validação ocorreu através da triangulação das fontes de dados, onde se dá a confirmação das informações. Esta triangulação se efetivou depois que os dados obtidos através de documentos são cruzados com informações levantadas em entrevistas com pessoas envolvidas na atividade investigada e ratificada em observações diretas sobre o objeto pesquisado. Ainda que o relatório final da pesquisa não tenha ficado pronto, todas as etapas de coleta, validação e análise dos dados foi cumprida.

O segundo ano da pesquisa *Avaliação da Implantação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará* permitiu se chegar as conclusões aqui apresentadas a partir, fundamentalmente, do emprego de: *pesquisa de ordem documental*, com consultas ao banco de dados do Instituto Banco Palmas, além de buscar dados complementares nas instituições envolvidas no projeto; *pesquisa bibliográfica*, através de consultas e análises críticas de literatura que tratassem das temáticas Microfinanças e Economia Solidária; e *pesquisa de campo*, na qual realizamos observação direta aliadas às entrevistas semi-estruturadas com todos os gerentes e agentes de crédito dos Bancos Comunitários de Palmácia, Paracuru, Santana do Acaraú, Conjunto Palmeiras (Fortaleza), Irauçuba, Maracanú e Maranguape. Outrossim, ainda entrevistamos o Sr. Joaquim Melo, Diretor do Instituto Banco Palmas, e o Sr. Marcello Correa, Gerente de Microcrédito do Banco Popular do Brasil.

Como já revelado, entre janeiro e abril de 2006, realizamos o primeiro ano da pesquisa de Avaliação dos investimentos da SENAES/MTE e da implantação de bancos comunitários no Ceará. Esta primeira etapa permitiu reunir subsídios para o segundo ano que executamos entre **fevereiro e julho de 2007**. Em janeiro de 2007, fizemos a seleção de dois bolsistas para auxiliar na pesquisa e a preparação para o início das atividades.

A investigação começou em **15 de fevereiro de 2007** com uma visita de campo ao Banco Palmas. Aproveitamos para a pesquisa documental no Banco Palmas/Fortaleza e entrevista com o Sr. Joaquim Melo, Diretor do Instituto Banco Palmas. Na entrevista, buscamos esclarecimentos sobre os avanços ocorridos na parceria com o SENAES/MTE e Banco Popular do Brasil, um detalhamento sobre as ações executadas durante 2006 e as perspectivas para a ampliação da carteira de crédito dos bancos comunitários através de outras fontes. No mesmo mês, em **21 de fevereiro de 2007**, as bolsistas selecionadas começaram a pesquisa bibliográfica, com revisão de fontes que tratam dos temas Economia Solidária, Microfinanças, Finanças Solidárias, Bancos Comunitários e Moeda Social.

Entre **27 de fevereiro e 28 de Março de 2007**, realizamos as visitas de campo aos territórios do interior do Estado do Ceará que possuem Bancos Comunitários para entrevistas do atores locais envolvidos com o banco (empreendedores locais, gerentes de crédito, agentes de créditos, representantes do poder público - prefeito, secretários e assessores) e para observação direta, assim como, analisar a documentação destas instituições.

No dia **27 de fevereiro de 2007** visitamos Irauçuba/CE, mais precisamente a comunidade do Missi (a 15 km da sede deste município) onde está instalado o **BANCART-Banco** Comunitário do Missi-Irauçuba/CE. O BANCART foi fundado em novembro de 2006 e está ligado a ACOMPRAM (Associação dos Comerciantes, Moradores e Produtores Rurais do Missi), associação local que surgiu em 1999. Nesta visita, entrevistamos o Coordenador do banco, o Diretor de Articulação Externa da Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Irauçuba (que assiste ao banco como principal parceiro local), as agentes de crédito e alguns empreendedores locais. O BANCART está em uma região do município com forte identidade e nas várias entrevistas visualizamos que o banco pode ter o sucesso desejado em função principalmente da articulação, organização e mobilização comunitária do território.

Em **01 de março de 2007**, fomos a Santana do Acaraú revisitar o Banco Solidário de Santana do Acaraú-BASSA. Uma vez que já conhecíamos a trajetória deste banco (No primeiro ano da pesquisa estivemos em Santana), procuramos conhecer como se encontrava o banco. O BASSA está vinculado ao Fórum dos Assentamentos de Santana de Acaraú e tem a particularidade de ter sua sede na cidade, mesmo estando relacionado aos assentamentos de Santana. Da visita passada para esta descobrimos que o banco mudou de sede, esteve sem funcionar por alguns meses por não ter conseguido o apoio necessário do poder público nem a ação mais efetiva daqueles que formavam o banco. Contudo, o lado positivo foi ter visto na visita que já havia uma retomada do BASSA, inclusive passando a trabalhar diretamente com o Banco Popular do Brasil como correspondente bancário. Nesta visita voltamos a conversar com a Consultoria em Extensão Agrária “Terra Três” e com a Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú, importantes parceiros deste banco.

O município de Paracuru/CE foi o alvo de nossa visita em **09 de março de 2007** e o que vimos em relação a ação do Banco PAR desde nosso ultimo encontro (em 2006) foi um forte descaminho. Constatamos que o banco comunitário perdeu foco (não utilizam moedas sociais desde março de 2006) e parceiros (arrefeceu o laço com o CRAS - Centro de Referência de Ação Social<sup>8</sup> e a Prefeitura Municipal de Paracuru), que o Instituto Banco Palmas também não foi tão atuante na assessoria a este banco e que algumas intrigas fizeram um dos principais entusiastas deixar o Banco PAR. Porém, nossas observações e entrevistas junto aos tomadores de crédito nos fizeram perceber que ainda não havia rebatido na comunidade todos aqueles problemas e a imagem do PAR ainda era forte. Além disso, o banco havia adquirido uma sede desde novembro de 2006 e quando as dificuldades forem superadas, certamente o Banco PAR – na nossa avaliação – é um banco comunitário com alto potencial de sucesso. Este banco tem seus vínculo com a Associação Banco PAR de Inclusão Social e Desenvolvimento Local e tem seu território de atuação nas comunidade de Nova Esperança e Riacho Doce.

No dia seguinte, **10 de março de 2007**, voltamos a visitar o Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras-Fortaleza, para melhor compreensão acerca dos investimentos de recursos do Banco Popular do Brasil nos bancos comunitários, sobre o estágio atual das linhas de crédito do Palmas e, principalmente, como estavam as ações com uso de moeda social naquele território. Além de observação, entrevistamos na oportunidade a coordenadora financeira do Banco Palmas para obter tais respostas.

A última semana de março foi intensa em relação as visitas aos três bancos comunitários que faltavam ser visitados. Estivemos em Maranguape, em **26 de março de 2007**, e visitamos a sede do Banco dos Empreendedores de Maranguape-BEM. Este banco comunitário é um dos quais funciona bem como correspondente bancário, mas não está bem caracterizado como banco comunitário. Em outras palavras, a prefeitura do município tem uma forte inserção no banco, a instituição que deveria gerir o banco (Uma associação de associações de um território com mais de 10 municípios) não tem sido atuante, a moeda social (Prata) não vem

sendo usada com regularidade para apoiar o consumo local. Entrevistamos assessores da Prefeitura Municipal de Maranguape, gerentes e agentes de crédito do banco e não ficamos convencidos do fortuito caminho que este banco poderá seguir, se o pensarmos como banco comunitário.

Ainda em **26 e 27 de março de 2007**, fomos a Maracanaú e vimos um banco comunitário funcionando bem e de acordo com a caracterização de banco comunitário, em completa oposição ao BEM. O território visitado foi o distrito de Pajuçara, onde funciona o Banco Paju estabelecido na Associação de Moradores da Área Verde de Pajuçara (AMAV). O Paju possui uma moeda própria chamada Maracanã que seria lançada nas semanas seguintes, apóia alguns empreendimentos da região (entrevistamos os proprietários destes negócios), tem uma ligação saudável com a Prefeitura Municipal de Maracanaú (entrevistamos funcionários da secretaria de Ciência, Tecnologia e Empreendedorismo – SETEC) e uma forte dedicação dos seus gestores (os agentes e o gerente de crédito foram entrevistados). Nesta mesma visita aproveitamos para consulta a dados e acesso a documentos sobre o Banco Paju na sede do banco e na SETEC/PMM.

Em **28 de março de 2007**, revisitamos o Banco Serrano, na cidade de Palmácia, para analisar o processo de consolidação deste banco comunitário (Este também foi um dos bancos avaliados em sua implantação, na pesquisa de 2006). O Serrano existe desde dezembro de 2005 e funciona sob a coordenação da Associação de Desenvolvimento Solidário de Palmácia (ADESP). Uma das principais mudanças depois de 01 ano de funcionamento e percebido claramente foi a mudança de sede para estar mais acessível a população do território. Este banco tem a característica de ser direcionado a todo município, em que pese funcionar na sede. Entrevistamos a Secretaria de Ação Social e percebemos que os avanços na relação com a prefeitura Municipal estão adiantados para o pagamento de parte da folha salarial mensal do funcionalismo público em moeda social (Palmeira). A assessoria do Instituto Banco Palmas no Serrano foi um dos pontos fortes para a consolidação deste banco, além da instalação do correspondente bancário do Banco Popular do Brasil, foi o que nos revelou a gerente de crédito e a caixa do banco. Em visita ao comércio percebemos que o próprio banco tem credibilidade, mas ainda falta maior divulgação de suas ações para mostra o seu poder desenvolvimentista.

Um momento ímpar nesta pesquisa *Avaliação da Implantação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará – Ano II* foi termos participado do II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, entre **18 e 20 de abril de 2007**, em Caucaia/CE. Como em 2006, tivemos a chance de estar em contato com todos os banco comunitários existentes no país o que proporcionou a captura de mais dados para realizarmos comparações e validar nossas análises; tomamos contato, também, com os gerentes e agentes de crédito dos bancos que visitamos e serviu para checarmos algumas informações e esclarecermos outras que foram obtidas nas visitas; e finalmente, assistimos ao debate dos grandes temas que movimentam a Rede Brasileira de Bancos Comunitário (conceituação, marco jurídico, sustentabilidade, política pública, gestão, investimento/captação, moeda social) que contribuíram para solidificar nosso texto e discurso acerca do que são, o que fazem e qual o caminho para os bancos comunitários.

Neste encontro estiveram presentes o *Governador do Estado do Ceará, Sr. Cid Gomes*, para assumir o compromisso com os bancos comunitários na sua gestão, inclusive apoiando a implantação de alguns novos bancos. Também neste encontro o *Sr. Haroldo Mendonça, representando a SENAES/MTE* que voltou a afirmar que esta secretaria tem a intenção de continuar com o projeto de apoio à implantação e consolidação dos bancos comunitários em 2007 e que estarão empenhados, no Governo Federal, para avançar na construção de uma lei de apoio aos bancos comunitários. Outro representante de Instituições Federais presente era o

*Superintendente do Escritório de Estudo Técnicos do Banco do Nordeste do Brasil (ETENE/BNB), Sr. Sidrião Alencar*, que ressaltou o estreitamento das relações do BNB com os bancos comunitários por estes se aproximarem da preocupação do BNB com a distribuição de renda do ponto de vista territorial e desenvolvimento do Nordeste. Um outro destacado parceiro presente foi o *Sr. Robson Rocha, Presidente do Banco Popular do Brasil* que destacou a importância, a manutenção e ampliação da parceria com os Bancos Comunitários. Finalmente, fizeram-se também presentes representantes de algumas prefeituras municipais que apóiam ou desejam investir na implantação de bancos comunitários.

Oportunamente, **em 20 de abril de 2007**, aproveitando a presença de membros do Banco Popular do Brasil no encontro, entrevistamos o Sr. Marcello Corrêa, Gerente de Microcrédito Banco Popular do Brasil, responsável mais direto pelas transações com o Instituto Banco Palmas e os bancos comunitários. Esta entrevista ocorreu, exatamente, um ano após a que realizamos por conta da primeira etapa da pesquisa, em 2006. Naquele momento, entrevistamos o Sr. Valdir Filho, que ocupava o mesmo cargo a época. Para Valdir Filho, a aproximação com os bancos comunitários trazia o Banco Popular para um estratégia mais focada nos seus objetivos originais de fazer chegar o crédito aos menos assistidos, mas utilizando uma metodologia que proporcionava conhecer cada cliente como indivíduo. Naquela época (19 de abril de 2006) o Banco Popular sofria com as críticas pela sua atuação mais como varejista e seus constantes prejuízos frutos da alta inadimplência.

Depois de um ano (20 de abril de 2007) e um redesenho organizacional que permitiu uma melhor gestão de sua carteira de microcréditos, o Sr. Marcello Corrêa nos afirmou que o Banco Popular definiu que tem de fato dois modelos de atuação: O comercial que tem nos correspondentes bancários e no seu comportamento como banco de varejo a sua estratégia; e o social que tem no banco comunitário e em outros fundos comunitários o viés de aproximação com o público informal e com o desenvolvimento territorial sustentável. Assim sendo, ele destacou que dificilmente ocorrerá a saída do Banco Popular das parcerias com os bancos comunitários, pois eles precisam do reconhecimento social na comunidade e já que o Banco Popular atua no incentivo a políticas públicas, por isso importante a presença da SENAES/MTE no projeto, não como desligar-se do fomento aos bancos comunitários.

Esta entrevista foi fundante para podermos perceber, mais uma vez, como e o que pensava o Banco Popular do Brasil sobre o estágio atual da parceria com o Banco Palmas e as perspectivas em relação aos demais bancos comunitários. Com ela acreditamos que tínhamos dados suficientes e encerramos a etapa de captura dos dados partindo, em seguida, para a validação e análise mais aprofundada destes dados.

### **3.2 Validando Informações**

O nosso trabalho nesta fase da pesquisa foi cruzar os dados, validar as informações e checar com o Diretor Presidente do Instituto Banco Palmas (Sr. Joaquim Melo) alguns elementos obtidas nas entrevistas e nos documentos dos bancos comunitários que visitamos. Isto ocorreu entre os dias **01 e 25 de maio de 2006**. Com o objetivo de caminhar para as análises conclusivas da investigação, no período de **01 a 13 de junho de 2007**, elaboramos a primeira versão de um documento com os resultados desta pesquisa. Aproveitamos para colocar parte de nossas teses à prova no XXVI Encontro de Iniciação Científica da Universidade Federal do Ceará. Em **15 de junho de 2007**, uma das bolsistas que participou da pesquisa apresentou os primeiros resultados e conclusões preliminares neste encontro, cujas críticas e o debate ajudaram na confecção de uma nova versão preliminar do documento final da pesquisa. Este novo documento foi elaborado entre **09 e 13 de julho de 2007** – e serviu de base para este artigo.

### **3.3 Construindo conhecimento**

Finalmente, nos dias **13 a 17 de agosto de 2007**, será cruzada a versão preliminar do relatório da investigação produzido em julho com novas informações que surgirem por parte das instituições envolvidas nesta pesquisa e se chegara à versão final do relatório da pesquisa *Avaliação da Implantação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará – Ano II*. Dito isso, passamos a próxima seção, onde serão expostas informações que apresentam os bancos comunitários pesquisados.

#### 4. Apresentando os Bancos Comunitários Investigados

Esta seção pretende trazer uma apresentação com um breve perfil de cada banco comunitário visitado e revisitado: Banco Palmas, Banco PAR, Banco Serrano, BASSA, BANCART, Banco Paju e BEM. A tabela 02 abaixo mostrará um resumo destas informações. Nesta tabela não listamos as dificuldades de cada banco. Pela pesquisa, percebemos que estas são comuns a todos e podem ser elencadas assim: 1. Gestão (necessidade de capacitação dos gestores dos bancos); 2. Fundo de Crédito (necessidade de parcerias para captação dos recursos); 3. Sustentabilidade (necessidade de desenvolver produtos que reduzam a dependência dos projetos governamentais); 4. Moedas Sociais (necessidade de lastro para emissão e de transferência de confiança que garanta a circulação).

*Tabela 02 – Bancos Comunitários Pesquisados no Ceará*

BANCO (Fundação)	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO (População)	ENTIDADE RESPONSÁVEL	PRINCIPAIS SERVIÇOS (No Período da Investigação)	MOEDA SOCIAL (Circul.)	VALOR DA CARTEIRA (Ativa em R\$)	PRINCIPAIS PERSPECTIVAS
Palmas (1998)	Fortaleza	Conjunto Palmeira (30.000 hab.)	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira	Microcrédito para produção, consumo, contas, agricultura urbana; Moeda social; Loja solidária; Capacitação.	30.000 Palmas	450.000,00	Ampliar a carteira de crédito; Melhorar a gestão dos recursos; Parceria com Iniciativa Privada.
PAR (2004)	Paracuru	Boa Esperança e Riacho Doce (3.500 hab)	Associação Banco PAR de Desenvolvimento e Economia Solidária	Microcrédito para produção, consumo; Moeda social.	0 Par	8.000,00	Moeda social voltar a circular; Retomar a Parceria com o CRAS e com a Prefeitura..
BASSA (2005)	Santana do Acaraú	População dos Assentamentos (3.000 hab.)	Fórum dos Assentamentos de Santana do Acaraú	Microcrédito para produção; Apoio a produção dos assentados.	0 Santana	--	Moeda social voltar a circular; Criar loja solidária.
Serrano (2005)	Palmácia	Todo o Município (10.000 hab)	Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Palmácia	Microcrédito para produção, consumo, contas; Moeda social.	400 Palmeira	5.000,00	Equipamento de informática; Uso da Moeda para pagamento do Funcionalismo Público Municipal.
BEM (2006)	Maranguape	Indefinido	Associação para o Desenvolvimento do Maciço de Baturité	Microcrédito para produção, consumo, contas.	500 Prata	50.000,00	Reconhecimento pela comunidade; Conseguir Lastro para Moeda Social.
BANCART (2006)	Irauçuba	Missi (5.000 hab)	Associação dos Comerciantes, Moradores e Produtores do Missi	Microcrédito para produção, consumo, contas; Moeda social; Capacitação.	0 Tá	3.000,00	A Prefeitura Municipal poderá fomentar o Fundo de Crédito; Fortalecimento do associativismo.
Paju (2006)	Maracanau	Pajuçara (50.000 hab)	Associação de Moradores da Área Verde de Pajuçara	Microcrédito para produção, consumo, contas; Moeda social; Capacitação.	3.000 Maracanã	18.000,00	Ampliar Participação dos Moradores; Parcerias com a Iniciativa Privada no Município e com Governo do Estado.

Convêm destacar que a resolução destes problemas são bandeiras da Rede Brasileira de Bancos Comunitários cujos propósitos são consolidar a metodologia de bancos comunitários, facilitar o intercâmbio de experiências e permitir uma negociação em bloco e em larga escala de ações e

parcerias que fortaleçam o movimento de bancos comunitários enquanto política pública. Em seguida trataremos das considerações finais deste artigo.

## 5. Considerações Finais

Os resultados obtidos na validação dos dados e parcialmente identificados, já que não atingimos o relatório final deste segundo ano da pesquisa *Avaliação dos Impactos da Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará*, serão apontados nesta seção.

Entendemos que o Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários foi extremamente oportuno para a ampliação dos bancos comunitários enquanto tecnologia social para o desenvolvimento socioeconômico de territórios. Em outras palavras, este projeto funcionou como um amplificador das parcerias e como catalisador de esforços para tornar os bancos comunitários uma referência de política de incentivo a geração de trabalho e renda para populações excluídas socialmente. Isto fica evidente quando se constata uma série de ações e parcerias entre estas organizações e os órgãos dos governos federal, estadual e municipal desde o final de 2005.

No primeiro ano de investigação chegamos a conclusão que “com base nos objetivos específicos do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários, comprovou-se que todos se não foram totalmente atendidos, estão em processo de finalização” (SILVA JÚNIOR, 2006). Naquele período, se iniciou a sistematização do conceito e modo de operação dos Bancos Comunitários, no I Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Uma outra conclusão, é que a presença de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Ceará, o apoio de governos municipais, estaduais e federal, a consolidação da sistematização conceitual e o debate sobre um marco legal, durante o II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em abril de 2007, confirmaram que os bancos comunitários estão sendo realmente encarados com uma tecnologia social que pode provocar uma revolução no campo das finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios.

Podemos concluir também, que do ponto de vista de tornarem-se política pública, como deseja o Instituto Banco Palmas, ainda falta um longo caminho. Falta uma difusão do conceito, o estabelecimento de um marco jurídico, a regulamentação dos bancos comunitários junto ao sistema financeiro nacional e a integração entre ações das várias secretarias do Governo Federal. Em que pese os investimentos efetuados pela SENAES/MTE, sabemos que pode ser feito um pouco mais de aplicação de recursos e com mais celeridade. A opinião pública pode ser conquistada ao se relacionar o entendimento teórico que se tem sobre os Bancos Comunitários com a compreensão da prática organizacional destas experiências para mostrar o que elas já alcançaram e podem fazer pelo desenvolvimento territorial.

Finalmente, podemos verificar com base nas afirmações dos entrevistados, observações e análises efetuadas nesta pesquisa *Avaliação da Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial – Ano II* que o projeto atingiu parte de suas expectativas neste segundo ano. Em outras palavras, percebemos que a implantação dos novos foi concluída com sucesso, mas a consolidação dos já implantados – salvo o Banco Palmas – ainda precisa de mais investimento em assessoria e capacitação para que se realize em plenitude.

## 6. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo; JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina P. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **RAU-Revista de Administração da USP**. São Paulo, v. 40, n 1, p. 19-33. jan.-fev.-mar./2005.



FRANÇA FILHO, Genauto C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise e dados**. Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19. jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. **In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL**, I, 23-25 de maio de 2007, Juazeiro do Norte, Ceará. **Anais...**, 2007.

\_\_\_\_\_; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Conhecimento e cidadania: tecnologia social**. São Paulo: ITS, 2007. v. 1.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN. **Ley de los consejos comunales**. Caracas: MINCI, 2006. Colección Textos Legislativos.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra (Org.). **Bairros pobres – ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto**. Fortaleza: Lamparina, 2003.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Banco comunitário e cooperativa de crédito: uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

SENAES. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCNP/Banco Palmas, 2004**. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_. As experiências de bancos comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial. **In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL**, X, 11-13 de dezembro de 2006, Salvador, Bahia. **Anais...**, 2006.

\_\_\_\_\_. Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias. **In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD**, XXXI, 22-26 de setembro de 2007, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. **Anais...**, 2007.

\_\_\_\_\_; FRANÇA FILHO, Genauto C. Fato associativo e economia solidária: a experiência do banco palmas no Ceará. **In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL**, IX, 15-19 de junho de 2003, Salvador, Bahia. **Anais...**, 2003.

REDE de Bancos Comunitários. **Banco comunitário: serviços solidários em rede**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Memória das reuniões da rede na I mostra de cultura e economia solidária**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, mai. 2006. 2006b.

---

<sup>1</sup> A concessão de financiamento na forma de microcréditos é uma política de inclusão social introduzida nos anos 70, em Bangladesh – na Ásia – através da iniciativa de professores e estudantes de economia da Universidade de Chittagongf, chefiados e inspirados por Muhammad Yunus (Prêmio Nobel da Paz em 2006). O empreendimento fundado por eles é o Grameen Bank (Banco da Aldeia). O Grameen é uma organização de microfinanças popular que concede créditos baseados na confiança mútua, participação e responsabilidade à população rural daquele país – fundamentalmente mulheres – com dificuldades de acesso aos canais tradicionais de crédito. Em linhas gerais, todas as receptoras dos recursos são responsabilizadas pelo reembolso, assim como, se tornam sócias do Grameen Bank. Os créditos não ultrapassam US\$ 50 e foram oferecidos na tentativa de dinamizar a economia local, mitigar a pobreza e incluir socialmente a população mais marginalizada daquele país. A experiência do Grameen Bank inspirou programas parecidos em todos os continentes. Entretanto, o que se percebe é que a maioria dos programas de microcréditos que se formaram nos últimos anos por todo o mundo não tem correspondido exatamente à proposta do Banco da Aldeia. Na década de 90, o conceito foi apropriado e adaptado para modelos mercantis de concessão de microcréditos, dentro de práticas mais capitalistas que solidárias

---

(exigências de garantias reais, empréstimo concedido sem a preocupação de geração de renda sistêmica no local ou de construção de oferta e demanda conjunta, etc.), onde bancos comerciais estão constituindo carteiras especiais para conceder microcréditos ao setor informal e as micro e pequenas empresas (SILVA JÚNIOR, 2004).

<sup>2</sup> As finanças solidárias seriam um ramo das microfinanças, composto por iniciativas que valorizam o potencial de mobilização de investimento locais, o financiamento conjunto das unidades de consumo e de produção e as redes de relações sociais entre indivíduos como modalidade não patrimonial de garantia e controle (ABRAMOVAY e JUNQUEIRA, 2005). As organizações de finanças solidárias buscam atingir a sua sustentabilidade econômica sem colocar como coadjuvante o alcance de objetivos sociais junto ao seu público e ao seu território. São comuns entre os produtos e serviços de microfinanças solidárias o crédito para produção e consumo com garantias baseadas nas relações de proximidade, cartão de crédito local, crédito para agricultura urbana e/ou orgânica, clubes de trocas solidárias, moeda social de circulação local e formação de poupança local.

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.minec.gob.ve/contenido.php?id=29>, acesso em 20 de julho de 2007.

<sup>4</sup> SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Relatório final da pesquisa avaliação do projeto de apoio à organização de bancos comunitários**, abril-2006. 29 f. (Mimeo) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em <http://www.liegs.ufc.br/biblioteca>, acesso em 20 de julho de 2007.

<sup>5</sup> Em função do atraso na implantação do BANDESB - Banco Comunitário dos Assentados de Beberibe, em Beberibe/CE até Maio/2007, quando foram levantados os dados da pesquisa *Avaliação da Implantação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará – Ano II*, não consideramos este banco comunitário em nossa pesquisa.

<sup>6</sup> Conforme Rede (2006b), a rede contribui para troca de experiências, saberes e articular recursos e parcerias para que todos os bancos comunitários possam crescer de modo conjunto. Integravam a Rede Brasileira de Bancos Comunitários até abril de 2007, quando ocorreu o II Encontro da Rede, os seguintes bancos: I. Do Estado do Ceará (Banco Palmas, Banco Serrano, Banco PAR, BASSA, BANCART, Banco Paju, Banco BEM e BANDESB); e II. Outras experiências assessoradas pelo Instituto Banco Palmas, no país, com bancos comunitários já fundados (Banco BEM de Vitória/ES, Banco Terra de Vila Velha/ES, Banco EcoLuzia de Simões Filho/BA, Banco Guia de Salvador/BA, Banco Pirapire de Dourados/MS, Banco Beira Rio de João Pessoa/PB e Banco Quilombola de Alcântara/MA) ou em fundação (Bancos de Parnaíba/PI e Cajueiro da Praia/PI).

<sup>7</sup> Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC). Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza. Fortaleza: IPDC/FECOMERCIO, 2006. set. 2006. Disponível em <http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/IPDC-CE2/2005-principal/enviados/index.htm>

<sup>8</sup> O CRAS é a unidade de atendimento municipal das políticas de ação social do Governo Federal. Estas instituições fazem parte do Sistema Único da Assistência Social-SUAS que, por sua vez, é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social-MDS. Em Palmácia e em Paracuru, o CRAS contribuiu na constituição dos bancos locais, na liberação de recursos para a composição do fundo de apoio aos empreendimentos produtivos locais e no auxílio à operacionalização do banco.